

Cortes afetam o setor produtivo, diz Osires

por Isabel Nogueira Batista
de São Paulo

A "Operação Desmonte", que prevê cortes de gastos no Orçamento da União para o ano de 1989, anunciada pelo governo em razão da nova distribuição de recursos entre as esferas federal, estadual e municipal determinada no texto da nova Carta Constitucional foi criticada, ontem, por implicar cortes não-seletivos e não contribuir efetivamente para redução do déficit público.

Reunidos em debate promovido pelo Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), em torno da questão dos cortes dos gastos públicos, estiveram o professor de economia da Universidade Federal de Brasília, Dércio Garcia Munhoz, o ex-presidente da Petrobrás e Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Osires Silva, e o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômico (DIEESE), Walter Barelli.

Na opinião de Osires Silva, é negativa a política de linearidade no corte dos gastos públicos, principalmente no que diz respeito ao setor produtivo do governo. Ao comprometer os investimentos dos setores energéticos, de infraestrutura e de programas sociais, o governo está comprometendo o futuro desenvolvimento do País.

Ao cortar investimentos produtivos, segundo Osires, o governo não está fazendo distinção entre empresas estatais superavitárias, que geram recursos próprios para reinvestimento, empresas que recorrem aos cofres públicos para investir e empresas deficitárias.

Para evitar o gargalo energético, o Brasil deveria investir cerca de US\$ 6,5 bilhões em energia, anualmente, calcula Osires. "Nada menos do que 93% da receita da Eletrobrás está hoje comprometida com o pagamento do serviço da dívida, e a empresa acaba de cancelar a compra de cabos de transmissão, o que revela tendência de não investimento", comentou.

O professor Garcia Munhoz centrou sua análise na questão da dívida pública, preocupado com o que ele

chamou de "processo de paralisia do País", decorrente da política de colocação dos encargos de financiamento da dívida pública no orçamento fiscal no governo, a partir do projeto de Unificação do Orçamento da União, feito em 1986.

"O Tesouro Nacional tem realizado maciças transferências de recursos para o Banco Central (BC) para cobrir os rombos do giro da dívida pública, denunciou Garcia Munhoz. Segundo ele, em junho deste ano, por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), sem passar pelo Congresso ou pelo Tribunal de Contas, o governo emitiu US\$ 40 bilhões em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), repassando-as ao BC, que as contabiliza como receita.

Para Garcia Munhoz, o governo está estatizando a dívida externa, ao pressionar estados e municípios a realizarem o serviço de suas dívidas. Os cruzados recolhidos pelo governo são utilizados para retirar títulos públicos de circulação, comprando-os e depositando-os no BC. Segundo Garcia Munhoz, trata-se de um acerto de contas entre o Tesouro e o BC, na medida em que este título fica como detentor de uma carteira de títulos públicos. "Isso também precisa ser contabilizado como dívida pública, pois é preciso gerar cruzados para pagar juros sobre esses papéis", acredita Garcia Munhoz.

Walter Barelli criticou a forma "canhestra" através da qual está sendo realizada a transferência de órgãos e encargos da União para estados e municípios. "O País não está preparado para assumir os novos encargos oriundos da Constituição", disse. Ao mesmo tempo em que a nova Carta estabelece regras para a fixação do salário mínimo, melhora o sistema de aposentadoria e prevê um serviço integrado de saúde, entre outras coisas, não se sabe ainda como serão financiadas essas despesas.

Barelli lamentou o fato de que os cortes dos gastos do governo estão sendo feitos em cima de setores com menor poder de barganha, como é o caso do Serviço de Extensão Rural (sistema Embrater), agência governamental encarregada de financiar a assistência técnica ao pequeno produtor rural.